

FATO OU FAKE? UMA ANÁLISE DA AÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO NA PANDEMIA DE COVID-19¹

FACT OR FAKE? AN ANALYSIS OF THE ACTION OF THE GOVERNMENT OF THE STATE OF SÃO PAULO IN THE FIGHT AGAINST DISINFORMATION IN THE PANDEMIC OF COVID-19

Marcelo Simões Damasceno²
Roberto Chiachiri³

Resumo: *Este artigo tem como objetivo apresentar a ação do governo do estado de São Paulo no combate às fake news, por meio do hotsite “SP contra o novo coronavírus sem fake news”, durante a pandemia de Covid-19. Trata-se de um estudo empírico quantitativo, realizado a partir das notícias falsas rebatidas pelo hotsite entre janeiro de 2020 e janeiro de 2021. Constata-se que a iniciativa de comunicação pública do governo paulista contribui para informar a população sobre o que é fato e o que é fake. Porém, os conteúdos inverídicos rebatidos tiveram como foco principal a defesa do órgão, e não temas voltados à valorização da ciência que proliferam nas redes sociais durante a pandemia.*

Palavras-Chave: *Governo do Estado de São Paulo. Fake news. Covid-19.*

Abstract: *This article aims to present the action of the government of the state of São Paulo in the fight against fake news, through the hotsite “SP against the new coronavirus without fake news”, during the Covid-19 pandemic. This is a quantitative empirical study, carried out based on the false news spread by the hotsite between January 2020 and January 2021. It appears that the public communication initiative of the São Paulo government contributes to inform the population about what is a fact and which is fake. However, the untruthful content that had been dealt with had as its main focus the defense of the organ, and not themes aimed at valuing science that proliferated on social networks during the pandemic.*

Keywords: *Sao Paulo’s State government. Fake news. Covid-19.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação Pública e Institucional da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação e Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), graduado em Jornalismo, Integrante do Grupo de Pesquisa HumanizaCom e bolsista CAPES. E-mail: mdamasceno82@hotmail.com

³ Professor e pesquisador da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), pós-doutor pela Universidade de Paris 1 - Sorbonne, Doutor e Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUCSP. Diretor da Cátedra UNESCO / UESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional no Brasil e um dos líderes do Grupo de Pesquisa HumanizaCom. E-mail: archiachiri@gmail.com.

Introdução

No final de 2019, governos e a comunidade científica, nos seis continentes, tiveram que somar esforços para lidar com uma nova doença respiratória aguda infecciosa, gerada por um novo coronavírus descoberto na cidade de Wuhan, China: o SARS-CoV-2 (Covid-19). Um vírus transmitido por meio de gotículas, depositadas em superfícies ou pisos, geradas a partir da fala, tosse ou espirro – efeito aerossol –, de uma pessoa infectada.

A forma de contágio fez com que a doença se espalhasse rapidamente para outros países, atingindo milhões de pessoas e fazendo com que a Organização Mundial da Saúde – OMS – decretasse uma pandemia no dia 11 de março de 2020.

Diante do decreto da OMS e da expansão de casos da doença no mundo, governos adotaram medidas preventivas com base nas experiências chinesa e europeia: quarentena, uso obrigatório de máscara em lugares públicos, incentivo à assepsia das mãos, redução das atividades comerciais não essenciais, entre outras. Porém, apenas no dia 20 de março o governo federal brasileiro decretou estado de calamidade pública no país, três dias após o primeiro óbito provocado pelo vírus.

O cenário de incertezas no início da pandemia exigiu, por parte do Ministério da Saúde brasileiro, durante a gestão do então ministro Luiz Henrique Mandetta, explicações públicas sobre o avanço dos casos pelo país, a adoção de medidas preventivas, a destinação de recursos para ajudar estados e municípios, os dados sobre infectados e óbitos e as ações adotadas para frear a expansão do vírus para não colapsar o Sistema Único de Saúde (SUS), além de informações sobre a doença para a população.

Panorama que demandou informações precisas nas diárias coletivas de imprensa, com respaldo científico, e ações para contrapor o crescimento vertiginoso de notícias falsas relacionadas à Covid-19, divulgadas todos os dias por meio das redes sociais. Um ciclo de informações falsas que equivale a uma segunda pandemia

no mundo, levando a OMS a definir como “infodemia” a proliferação diária de notícias inverídicas nas redes. O termo passou a ser usado para tratar da disseminação em massa de inverdades e rumores que comprometem a credibilidade das explicações respaldadas pela ciência, fornecidas por órgãos públicos e comunidade científica.

Notícias falsas relacionadas à saúde não é algo novo. Contudo, é a primeira vez que o mundo enfrenta uma pandemia na era digital, fator suficiente para diferenciar a Covid-19 de outros casos de saúde pública que, de algum modo, mobilizaram governos e comunidade científica na busca pelo bem-estar e imunização das pessoas, como aconteceu no surto de gripe suína, com os primeiros casos no México, em março de 2009, ou na elevação dos casos de sarampo no Brasil, em 2019. Fenômenos levaram governos e a comunidade científica a atuarem nas redes para auxiliar no combate às fake news sobre vírus e a suposta ineficácia das vacinas, que constantemente aparecem na *time line* dos usuários, além de postagens inverídicas sobre órgãos públicos.

Na pandemia de Covid-19, as fake news se mostraram um perigo para as recomendações sanitárias da OMS contra a expansão do vírus, ao contrariarem a realidade, desmerecerem a ciência, disseminarem e alimentarem o medo, aumentando as chances de avanço do contágio e dos óbitos.

Nesse contexto de notícias falsas descredibilizando a ciência, este estudo, por meio de um levantamento quantitativo, busca analisar como o governo do estado de São Paulo, através do hotsite “SP contra o novo coronavírus sem fake news”, atuou no combate às informações inverídicas e na defesa do conhecimento científico entre janeiro de 2020 e janeiro de 2021. Para entender como o governo atuou no combate às fake news, o estudo fez um levantamento quantitativo e revisão literária para avaliar a iniciativa do governo.

Uma ação governamental importante, uma vez que no Brasil os governos são os principais financiadores da ciência e responsáveis pela comunicação de interesse público. Duas atividades essenciais em um momento pandêmico para manter a população informada sobre as resoluções adotadas durante a crise sanitária, e para ser um agente atuante no combate à desinformação científica nas redes sociais.

Considerações sobre fake news

Notícias falsas costumam ser definidas como notícias, estórias, boatos, fofocas, ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos (SANTAELLA, 2018, P.262).

O fenômeno das fake news é estudado por Santaella e pesquisadores em diferentes áreas científicas (EMPOLI, 2019; RECUERO, 2019; GRUZD, 2019; FARIAS, 2019; JULIOTTI, 2020; GALHARDI, 2020), seja no campo da internet, redes sociais, opinião pública ou político. Os debates em diferentes áreas do conhecimento mostram o quanto ainda temos que avançar no combate a esse fenômeno que gera desinformação, distorce fatos, induz a erros e manipula a opinião pública. Uma junção de fatores que, segundo Galhardi (2020, p. 3), também pode “desprestigiar ou exaltar uma instituição ou uma pessoa, diante de um assunto específico, para obter vantagens econômicas e políticas.”

Notícias falsas já apareceram em diferentes momentos na história da humanidade, como em 1522, quando Pietro Aretino tentou manipular uma eleição para o colégio de sacerdotes de Roma (Itália) ao escrever sonetos perversos sobre todos os candidatos, menos sobre o preferido por seus patronos. Ou em 1780, quando na Espanha circularam notícias de que um monstro híbrido, capturado no Chile, seria enviado para exposição no país (JULIOTTI, et al 2020).

Mesmo com essas evidências históricas, a expressão fake news se tornou popular em 2016, em três momentos: 1) durante a eleição norte-americana, quando o então candidato a presidente Donald Trump usava o termo para desqualificar notícias e comentários favoráveis aos seus adversários; 2) no referendo que levou o Reino Unido a sair da União Europeia – Brexit – , em um processo de pré-eleição marcado por disseminação de notícias falsas sobre a participação do país no bloco europeu; 3) no Movimento 5 Estrelas, na Itália, que aumentou o seu capital eleitoral utilizando as redes sociais. Mais recentemente, a eleição geral de 2018 no Brasil, vencida por Jair Messias Bolsonaro (sem partido), foi marcada pelo uso em massa das redes sociais

na campanha, e um possível uso de fake news como propaganda eleitoral e estratégia para desqualificar a concorrência.

Diferentemente de outros momentos da história, os fatos de 2016 atingiram outro patamar, uma vez que as tecnologias da informação e comunicação (TICs), mais precisamente a internet e as redes sociais, foram usadas na disseminação de notícias falsas.

O fácil acesso à informação nas plataformas digitais e nos *smartphones* potencializou a comunicação entre as pessoas, fazendo com que uma notícia falsa transpusesse as fronteiras físicas e a logística informacional do passado, e um conteúdo fosse entregue a diferentes pessoas em segundos por meio das TICs. Esta comunicação imediata acontece num ambiente onde a verdade pode ser subvertida. Ou seja, “a web é o vetor definitivo da pós-verdade, exatamente porque é indiferente à mentira, à honestidade e à diferença entre os dois. Por isso as “notícias falsas” se tornaram tão importantes, sobretudo no Facebook” (D’ANCONA, 2018, p. 55).

No momento em que a distância entre a verdade e a mentira nas redes sociais mais parece uma linha tênue, as fake news, durante a pandemia de Covid-19, estão presentes cada vez mais no cotidiano das pessoas. Desde a identificação do vírus e seus males, a comunidade científica e os órgãos públicos atuam em três frentes: 1) em ações preventivas para diminuir a taxa de contágio e o aumento de óbitos; 2) no desenvolvimento de uma vacina; 3) no combate às fake news disseminadas nas redes sociais sobre os impactos do novo vírus na saúde das pessoas.

As redes sociais são os principais meios de propagação de notícias falsas, um ambiente digital em que 83% dos brasileiros acreditam ser capazes de exercer muita influência na formação da opinião das pessoas. Dado que vai ao encontro de levantamento feito pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre março e abril de 2020, que mostra as redes sociais mais utilizadas para compartilhar notícias falsas sobre a Covid-19: 73,7% circularam pelo WhatsApp, 15,8% no Facebook e 10,5% foram publicadas no Instagram. O resultado do levantamento também apontou que

26,6% das fake news publicadas no Facebook atribuem a Fiocruz como orientadora no que diz respeito à proteção contra o novo coronavírus.

Estes são dados que reforçam a preocupação da OMS com a disseminação de fake news nas redes, uma vez que elas contrariam o conhecimento científico, disseminam o medo, ampliam as chances de óbito e de contágio pelo novo coronavírus, e promovem o desprestígio das instituições que têm como dever apresentar a verdade à sociedade.

Em estudo lançado em 2020, Montagnolli, Milaré, Calzolari Bozzini (2020), “em defesa do conhecimento científico no combate a fake news sobre a covid-19”, destacaram algumas das notícias falsas que circularam nas redes no início da pandemia:

Em relação às especulações sobre a origem do vírus, as fake news apontaram para o consumo de sopas de morcegos pelos chineses, para teorias de criação do vírus em laboratório e, também, para sua origem em inseticidas. Outros conteúdos tratavam de uma evolução inusitada da doença como sua atuação nos neurônios, o desenvolvimento de uma pneumonia imediata e até a infertilidade. Não sabemos ao certo se algumas dessas notícias falsas serão futuramente parte de explicações científicas, mas o lançamento irresponsável destas desinformações nas redes sociais, por exemplo, gera mais problemas do que soluções (MONTAGNOLLI et al, 2020, p. 402).

Uma preocupação conjunta de órgãos públicos e cientistas, pois as fake news podem ampliar o risco de contágio social e da expansão de casos. Hoje, elas são ainda mais conceituadas como sinônimo de desinformação (Recuero e Gruzd, 2019) uma vez que “mentiras repetidas, compartilhadas milhões de vezes, dissolvem todas as fronteiras que as separam de uma possível verdade” (SANTALEA, 2018, p. 534).

Resultados e discussão

A ação virtual do governo do estado de São Paulo com foco no combate às fake news datam de janeiro de 2020, quando o órgão, por meio da Secretaria de estado de Comunicação, lançou o hot site “SP contra o novo coronavírus”, que reúne

vídeos, textos, fotos, dados e informações oficiais do governo sobre o combate à Covid-19 e às fake news:

Temos um grande esforço para desmentir as fake news que estão circulando. A população precisa de informações confiáveis para se prevenir da doença e para saber da situação da saúde pública (SÃO PAULO, 2020).

O canal exclusivo criado pelo governo paulista soma-se à iniciativa de outros órgãos públicos (Ministério da Saúde, Prefeitura de São Paulo), que desenvolveram sites e/ou hotspots para comunicar as ações realizadas, em curso e iniciativas futuras. Uma prática de comunicação pública que visa a divulgar informações corretas à imprensa e à população sobre os desdobramentos da pandemia. Iniciativa que reforça o dever do órgão na promoção de uma comunicação de interesse público, pautada em temas que legitimem o direito universal do cidadão de receber informações corretas sobre temas de interesse universal (MATOS, 1998).

O levantamento quantitativo identificou 71 *cards* sobre fake news disponíveis no site do órgão de janeiro de 2020⁴ a janeiro de 2021, como mostra a Tabela 1. Entre as notícias falsas combatidas no período, 58,08% tinham como foco o debate de questões políticas, como: “é falso que o governo do SP vai reduzir o salário de servidores”, “é falsa a informação de mulher sobre governo esconder dados reais do coronavírus” e “é falso que a ALESP tenha aprovado aumento de salário do governador e secretários”. Em proporção menor, a secretaria apresentou *cards* desmentindo as notícias falsas sobre métodos de prevenção e cura da Covid-19, ceticismo à vacina e golpes financeiros ou captura de dados pela internet.

⁴ Apesar de as ações de combate às fake news terem começado em janeiro de 2020, o estudo considerou março para iniciar o levantamento, pois foi quando ocorreu o primeiro óbito no estado.

TABELA 1
Fake News rebatidas no hot site do governo do estado de São Paulo

	Total	%
Máscara/Prevenção	7	9,86
Vacinas	10	14,20
Métodos caseiros de cura	4	5,40
Métodos caseiros de prevenção	4	5,40
Golpes/Coleta de dados	3	4,25
Golpes/arrecadação	2	2,81
Estratégia política	41	58,08
	71	100%

Fonte – Autores, a partir de dados do Governo do Estado de São Paulo

Entre as fake news mais rebatidas pela Secretaria de Comunicação estão as que foram classificadas como “estratégia política”, ou seja, conteúdo com característica para desestabilizar o governo ou desmerecer as ações realizadas pelo órgão. Uma atuação orquestrada por meio das redes sociais que se assemelha aos indicadores apontados por Ziblatt e Levitsky (2018, p. 33) para deslegitimar oponentes políticos:

...descrevem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente? Afirmam que seus rivais constituem uma ameaça, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante? Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política?...

É possível identificar a investida dos autores das fake news contra o órgão público, o que pode enfraquecê-lo diante da opinião pública quando mais se precisa de clareza sobre os seus atos. Como podemos observar nas Figuras:



Figura 1 – “É falsa informação de mulher sobre governo esconder dados reais do coronavírus”
Fonte – Governo do Estado de São Paulo



Figura 2 – “É falso que Alesp tenha aprovado aumento de salário do governador e dos secretários”
Fonte – Governo do Estado de São Paulo



Figura 3 – “É falso que governo de SP vai reduzir salário dos servidores”
Fonte – Governo do Estado de São Paulo

O esforço da Secretaria de Comunicação em rebater os conteúdos falsos sobre o órgão nas redes sociais integra o arcabouço da comunicação pública, uma vez que 79% dos brasileiros têm as redes sociais como um meio para se informar. Ou seja, pessoas que buscam desinformar utilizam as mesmas redes para formar a opinião contrária à realidade, como aponta Farias:

A opinião se forma diante do acesso à informação – aquelas oriundas de fontes sobre as quais o interlocutor opte por ter como base informacional, ou seja, a formação da opinião pública antecede ao processo da informação, seja pela escolha das fontes, seja pela capacidade de decodificação –, seu processamento e geração de um código de entendimento definido a partir de lentes próprias a cada pessoa, gerando enunciação e possível embate-encontro com outras opiniões, chegando ao consenso (FARIAS, 2019, p. 43).

Contudo, apesar da importância de desmentir as notícias falsas sobre o governo por meio da ação de combate às fake news, nota-se que a atuação relacionada às ações governamentais foi maior do que as com outras temáticas, principalmente as de cunho científico. Uma atenção maior contra essas distorções contribuiria de forma mais efetiva com a comunidade científica para informar a população sobre os métodos comprovados de combate e prevenção ao vírus, além de atribuir à comunicação pública praticada pelo governo do estado um elemento a mais: a comunicação de risco, o que segundo Gonçalves pode reforçar a confiança no órgão público:

A forma como as pessoas percebem a pandemia do COVID-19 contribui para o aumento ou diminuição da participação do público na adoção de medidas preventivas. Uma percepção de baixo risco diminui a participação e a adoção de medidas de prevenção e proteção, enquanto uma percepção de alto risco terá o efeito oposto (GONÇALVES, 2020, p. 385).

A medida também contribuiria para que o discurso adotado deixasse mais evidente a importância das práticas sanitárias em um ambiente que já tem uma rotina cultural pré-estabelecida.

...os julgamentos estéticos, variáveis contextuais, imagens semânticas, valores, efeitos da comunicação (incluindo a mídia), confiança nas organizações e instituições (nos seus diversos níveis) envolvidas na regulação e no gerenciamento do risco, protótipos

culturais, arenas políticas e o clima global de sociedades individualizadas e pluralistas, entre outros (DI GIULIO et al., 2015, p. 1218).

O levantamento identificou apenas 14 *cards* que tratam de fake news sobre vacinas, métodos de prevenção e cura (Tabela 1). Mesmo sendo um número baixo, porém importante, de notícias falsas, a ação é pequena perto de um público de mais 100 milhões de pessoas no Brasil que acredita em pelo menos uma notícia falsa sobre a pandemia, como aponta estudo divulgado pela Avaaz.

Esse contato com notícias falsas, segundo o estudo da Avaaz, ocorre principalmente pelas redes sociais, onde o WhatsApp aparece como líder no compartilhamento de fake news. Seis em cada dez entrevistados tiveram o aplicativo como principal distribuidor de notícias falsas sobre o novo coronavírus. O Facebook foi apontado como a segunda rede pela qual os entrevistados receberam fake news: cinco em cada dez internautas.

Esse fácil acesso às notícias falsas, segundo Gonçalves (2020, p. 385), “contribui para o aumento ou diminuição da participação do público na adoção de medidas preventivas”. A propagação das informações distorcidas, seguida pela aceitação de quem as recebe, pode contribuir para a diminuição da percepção de risco de contágio pelo vírus. Ou seja:

...uma percepção de baixo risco diminui a participação e a adoção de medidas de prevenção e proteção, enquanto uma percepção de alto risco terá o efeito oposto. A preocupação de ter a doença influencia a percepção de risco e a confiança do público nos indivíduos, nas autoridades públicas e nos sistemas peritos que lidam com a COVID-19 (GONÇALVES, 2020, P. 385).

Esta visão é corroborada por Galhardi (et al, 2020, p. 13), uma vez que “as notícias falsas disseminadas pelas plataformas digitais relacionadas ao SARS-CoV-2 podem influenciar o comportamento da população e colocar em risco a adesão do cidadão aos cuidados cientificamente comprovados”. São conteúdos produzidos ou por ignorância ou com a única intenção de desinformar e induzir o cidadão ao não cumprimento das medidas protetivas indicadas pelo governo e pela OMS.

Os dados apresentados pela Avaaz, somados aos do DataSenado, evidenciam ainda mais que os brasileiros reconhecem as redes sociais como um meio de propagação de fake news e de formação de opinião. Fatores suficientes para que, no período analisado, fossem registradas mais notícias falsas desmistificadas pelo governo paulista, seja sobre métodos não científicos de prevenção e cura da Covid-19, seja sobre o desenvolvimento da vacina. O que tornaria o endereço eletrônico ainda mais eficiente no combate às fake news.

Dos 71 *cards* sobre fake news existentes no hot site, apenas 31 foram respondidas com embasamento científico e checagem pela Secretaria de Comunicação, entre 19 de março e 18 de agosto de 2020. Por exemplo, os *cards* publicados em 20 de março:

É falsa informação de que vacina para cachorro combate novo coronavírus. Material compartilhado em aplicativos de celular e em redes sociais nos últimos dias tem conteúdo falso a respeito do uso de vacinas para cães como suposta forma de tratamento de Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus. O material falso faz referência ao coronaviridae (coronavírus), que é uma grande família viral antiga, que afeta humanos e animais com graves infecções. As vacinas V8 e V10, as quais o material cita, são as principais para a saúde de cães e agem no combate de várias doenças, como cinomose e coronavírus canino da espécie CCov (gênero alphacoronavirus), vírus que causa gastroenterite (sintomas de diarreia e vômitos constantes), podendo levar a óbito. Os cães contraem a doença por meio de fezes de outros cães contaminados, não sendo transmissível a humanos (São Paulo, 2020).

Todas as inverdades analisadas pela Secretaria de Comunicação do governo paulista (Tabela 1), além dos comentários, receberam selo com os dizeres “Falso” ou “Golpe”. Apesar do importante trabalho da secretaria, é possível identificar que o órgão deixou de apresentar respostas sobre o posicionamento de políticos que compartilharam ou produziram fake news. Por exemplo, no caso do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (sem partido), que atribuiu “morte, invalidez” à vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan com o laboratório chinês Sinovac.



Figura 4 – Declaração equivocada do presidente sobre a CoronaVac
Fonte – Site jornal o Estado de S. Paulo

A declaração do presidente ocorreu após o pedido da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para suspender os testes da vacina para analisar caso adverso em um dos voluntários. Contudo, foi comprovado que o óbito ocorreu por uso exagerado de opioides, sedativos e álcool, e não por causa dos testes clínicos promovidos pelo Butantan com o laboratório chinês. A elucidação do fato fez com que o presidente apagasse a postagem, porém sem reconhecer o erro cometido ao criar uma desinformação nas redes sociais.

A posição do presidente brasileiro nas redes sociais, e a falta de esclarecimento sobre este caso específico por parte do governo de São Paulo em seu hotsite, podem ter contribuído para minar a confiança na informação disseminada pelas autoridades, mesmo após a confirmação de que o óbito não teve ligação com a pesquisa clínica da vacina. Vale destacar que a autoridade à frente do governo paulista e o órgão são pilares da comunicação de risco, ainda mais em uma pandemia (OMS, 2018, p. 10-11):

Por mais bem planejadas e aplicadas que sejam, as intervenções de comunicação dos riscos não conseguirão que as pessoas de risco tomem decisões informadas para protegerem as suas vidas, a sua saúde, as suas famílias e as comunidades contra as ameaças, se não confiarem na fonte de informação. Por isso, o primeiro e mais

importante passo para uma ERC [Comunicação de Risco de Emergência] eficaz é indiscutivelmente conquistar e manter a confiança das populações. Para conquistar a confiança, as intervenções de comunicação dos riscos devem estar ligadas a serviços funcionais e acessíveis, ser transparentes, oportunas, de fácil compreensão, reconhecer as incertezas, dirigir-se e envolver as populações afetadas, ligar-se à autoeficácia e ser divulgadas usando várias plataformas, métodos e canais.

Os *cards* que rebatem as notícias falsas estavam centralizados nos conteúdos ligados à “estratégia política” que, direta ou indiretamente, tentam desqualificar a ciência. Uma defesa importante do órgão. Contudo, apesar de o governo de São Paulo ser o principal financiador da CoronaVac, produzida por uma das suas autarquias – o Instituto Butantan –, em parceria com o laboratório Sinovac, no hotsite não foi apresentada nenhuma resposta à publicação do presidente da República.

No estudo também foi possível identificar indícios de elementos da comunicação de risco - qualificação, bom-caráter, identificação e boa vontade - que podem contribuir na manutenção da confiança das ações do governo:

Qualificação: você sabe do que fala; você saber; você sabe resolver o problema; e, você concorda com outros especialistas conhecidos. Bom-caráter: você diz-me a verdade; você não omite informações; e, você merece confiança. Identificação: você comunga os meus valores, experiência e meu destino. Boa vontade: você preocupa-se comigo; e, você conhece e responde às minhas preocupações (OMS, s/d, p.10).

Apesar de disponibilizar no hotsite “SP contra o novo coronavírus sem fake news” esclarecimentos sobre poucas notícias falsas entre janeiro de 2020 a janeiro de 2021, o governo de São Paulo demonstrou boa vontade ao disponibilizar a ferramenta para consulta da população e da imprensa no início da pandemia. Evidenciou qualificação ao concordar com o discurso científico e adotar as ações propostas pela OMS para resolver o problema imposto pela pandemia no estado. Reforçou a identificação que o órgão tem com os valores regionais. Referente ao bom-caráter, apesar de existir indícios, esse item requer uma análise qualitativa das ações do governo e das respostas apresentadas às fake news disponíveis no site.

Considerações

O nosso objetivo constitui em compreender, por meio de uma análise quantitativa, se a ação “SP contra o novo coronavírus sem fake news”, promovida pelo governo do estado de São Paulo, contribuiu no combate a desinformação na pandemia de Covid-19, no período de janeiro de 2020 a janeiro de 2021.

Os dados apresentados mostram que o hot site atendeu ao seu objetivo inicial: informar e desmentir notícias falsas, em um ambiente que se mostra como um vetor de propagação de desinformação. Ambiente digital que é visto, segundo pesquisas do DataSenado e Fiocruz, como um local que pode influenciar a opinião pública e propício a circulação de fake news.

A ação do governo paulista reforça a importância de combater à “infodemia” apontada pela OMS, que desde o início da pandemia vem contagiando diversas pessoas no mundo, e ampliando a sensação de medo, desordem e desconfiança já existente na pandemia de Covid-19.

Ao analisar o hot site, é possível afirmar que ele cumpriu com a sua finalidade de ferramenta de comunicação pública em meio à pandemia. Contudo, também é importante destacar que em um período de quase 12 meses, a plataforma havia registrado respostas a 71 *cards* sobre fake news, sendo que a maioria deles, 41, tratava de notícias falsas sobre o órgão ou sobre o governador em exercício, João Dória (PSDB) e 30 rebatendo fakes sobre o ceticismo científico, além de golpes (coleta de dados ou arrecadação financeira), pauta importante em um momento de vulnerabilidade social.

A defesa do órgão público é compreensiva e necessária, porém a quantidade de fake news rebatidas sobre formas cura ou prevenção e vacinas está distante do volume de notícias falsas que circula nas redes sociais desde o início da pandemia. O que pode nos levar há algumas hipóteses: o acesso à informação para contrapor as notícias falsas sobre o governo estavam mais acessíveis, as fake news de cunho científico demanda mais tempo de apuração e/ou falta de capital humano especializado para monitorar as fakes nas redes sociais e apresentar respostas. Algo

que pode, de algum modo, ter comprometido um melhor resultado da ação no período analisado.

Por fim, é preciso reconhecer que a ação do governo do estado de São Paulo é importante no combate à desinformação, mesmo que não tenha ocorrido uma atuação mais ampla para contrapor fake news na pandemia. E os dados aqui expostos reforçam a necessidade de se levantar mais questões sobre a comunicação pública e a comunicação de risco em crises; o impacto social que as fake news causam em uma crise, além debater como a comunicação pública realizada por órgãos públicos pode melhorar para ter uma maior aderência em um atual cenário de sociedade em rede.

Questões merecem um debate acadêmico mais profundo, atenção política e trabalho junto à sociedade.

Referências

ANCONA, Matthew. da. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. São Paulo, Faro Editorial, 2018.

BRASIL. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>>. Acessado em 9 jan. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em < <https://covid.saude.gov.br/> >. Acessado em 9 jan. de 2020.

CORONAVÍRUS: fake news atinge 110 milhões de brasileiros. **Estado de Minas**. Disponível em:< https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2020/05/21/interna_bem_viver,1149424/coronavirus-fake-news-atinge-110-milhoes-de-brasileiros.shtml>. Acessado em 16 jan. de 2021.

DI GIULIO, G. M. et al. **Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade**. Saúde e Sociedade, v. 24, n. 4, p.1217-1231,2015. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12902015000401217&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acessado em 12. de jan. de 2021.

EMPOLI, Giuliano. da. **Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. São Paulo: Vestigio, 2019.

FARIAS, L.A. de. **Opiniões voláteis: opinião pública e construção de sentido**. São Paulo: Editora Metodista, 2019.

FIOCRUZ. Pesquisa revela dados sobre 'fake news' relacionadas à Covid-19. Disponível em:< <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-revela-dados-sobre-fake-news-relacionadas-covid-19>>. Acessado em 18 abr. de 2021.

GRACHER, K; FRATINI, J. (org.). **Campanhas políticas nas redes sociais: como fazer comunicação digital com eficiência**. São Paulo: Matrix, 2020.

GALHARDI, C. P.; FREIRE, N. P.; MINAYO, M. C. S. d FAGUNDES, Maria Clara Marques. **Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2020, vol.25, suppl.2, pp.4201-4210. Epub Sep 30, 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020>.

GONÇALVES, J.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, C. (org.). **Covid-19 crise entremeadas no contexto de pandemia antecedentes cenários e recomendações**. Disponível em: <https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/covid-19-criSES-entremeadas-no-contexto-de-pandemia-antecedentes-cenarios-e-recomendacoes.pdf?fbclid=IwAR3CShlaa3WNOUoFiiQlcY4ZQK5usV9_Gg_zjFPr-wIERIZLceveMlf8-iM>. Acessado em 12 de jan. de 2021

JULIOTTI, Renata.; FARIAS, Luiz Alberto. de; DAMASCENO, Marcelo. **Lei de combate às Fake News: Caso do Projeto de Lei 2.630/2020 do Senado Brasileiro**. No prelo.

LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MATOS, Heloiza. **Ação política e propaganda eleitoral**. Comunicação e Educação, São Paulo, ECA-USP, v. VII, n. 19, p. 25-31, 2000.

MOURA, Rafael Moraes. Inquérito das fake news pode abrir caminho para cassação de Bolsonaro no TSE. **Estadão**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,inquerito-das-fake-news-pode-abrir-caminho-para-cassacao-de-bolsonaro-no-tse,70003318604>>. Acessado em 15 jan. de 2021.

OMS. **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública**: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2018.

OMS. **Comunicação dos Riscos em Emergência: Criação e Manutenção da Confiança**. Módulo B3. Disponível em: <https://www.who.int/riskcommunication/training/Module-B3-PT.pdf?ua=1>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/organizacao-mundial-da-saude-classifica-novo-coronavirus-como-pandemia/>>. Acessado em 9 jan. de 2021.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6249:infodemia-tem-tornando-resposta-as-emergencias-de-saude-ainda-mais-dificil-afirma-opas-em-aula-inaugural-de-pos-graduacao-de-comunicacao-em-saude&Itemid=875>. Acessado em 9 jan. de 2021.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. **Cascatas de “Fake News” Políticas**: Um estudo de caso no Twitter. Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. ISSN 1982-2553, n. 41, 2019. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/39035>>. Acessado em 15 de jan. de 2020.

RIBEIRO, Luci. CARAMURU, Pedro. Sem provas, Bolsonaro atribui 'morte, invalidez' à vacina chinesa e diz que 'ganhou' de Doria. **Estadão**. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,sem-provas-bolsonaro-acusa-vacina-chinesa-de-causar-morte-e-invalidez-e-critica-doria,70003508555>>. Acessado em: 12 jan. de 2021.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. São Paulo: Estação das Letras. 2018.

SÃO PAULO. Instituto Butantan. Disponível em: <<https://vacinacovid.butantan.gov.br/noticias>>. Acessado em 16 jan. de 2021.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/coronavirus/?utm_source=portal&utm_medium=banner&utm_campaign=bol-etim-completo>. Acessado em 15 jan. de 2021.

SENADO FEDERAL. DataSenado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opiniao-das-pessoas>>. Acessado em 15 jan. de 2021.

SÃO PAULO. Coronavírus sem fake news. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/sem-fake-news/>>. Acessado em 12 jan. de 2021.